

A semana em Brasília

26 a 30 de agosto

Destacamos abaixo as movimentações do Legislativo e Executivo que podem impactar o setor privado.



LEGISLATIVO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário:

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, a seguinte proposição legislativa:

Reestruturação dos Transportes. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 882/2019 que (i) altera o Código de Trânsito Brasileiro, (ii) a Lei nº 10.233/2001 (Lei da reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres), (iii) Lei nº 12.815/2013 (Lei que trata da exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre

as atividades desempenhadas pelos operadores portuários), e (iv) Lei 13.334/2016 (Programa de Parcerias e Investimentos – PPI). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta

Comissões

Comissão de Minas e Energia (“CME”)

Audiência Pública. Lei do Gás. A CME realiza em 27 de agosto, às 10 horas, audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 6.407/2013 (Lei do Gás) que trata de medidas para fomentar a Indústria de Gás Natural. Foram convidados os senhores Décio Oddone (Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP), Ricardo Medeiro de Castro (Coordenador do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE), Álvaro Ferreira Tupiassu (Gerente Geral de Planejamento e Marketing das Operações de Gás e Energia da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras), Marcelo Mendonça (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado – ABEGÁS), Paulo Pedrosa (Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE), Ricardo de Azambuja Pinto (Presidente do Conselho Administrativo da Associação de Transportadoras de Gás – ATGÁS), Luiz Costamilan (Secretário Executivo de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP), Wagner Ferreira Cardoso (Gerente-Executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria – CNI), William Nozaki (Representante da Federação Única dos Petroleiros – FUP), Reginaldo Medeiros (Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel), Fernando Figueiredo (Presidente da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim) e a senhora Symone Christine de Santana Araújo (Diretora do Departamento de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia).

Já em 28 de agosto a CME realiza, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Royalties do Petróleo. O Projeto de Lei nº 1.470/2019 altera a Lei do Petróleo, para alterar o percentual de royalties de petróleo e correlatos. O relator do projeto é o deputado Lucas Gonzalez (NOVO-MG). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta

Política de Conteúdo Local. Petróleo e Gás. O Projeto de Lei nº 7.401/2017 estabelece a política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. O relator do projeto é o deputado Altineu Côrtes (PL-RJ). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta

Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019 ("Reforma Tributária – PEC 45/2019")

Audiência Pública. Reforma Tributária. A Comissão Especial realiza em 27 de agosto, às 14h30min, audiência pública para debater as expectativas sobre o impacto da Reforma Tributária. Foram convidados os senhores Luis Carlos Hauly (Economista, Ex-Deputado Federal e Relator da PEC 293/2004), Máilson da Nóbrega (Economista e ex-Ministro da Fazenda), Rodrigo Orair (Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica – IPEA) e Samuel de Abreu Pessôa (Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV/RJ).

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 3453/2008 ("PL 3453 – Parcerias Público-Privada")

Audiência Pública. Parcerias Público-Privada. A Comissão Especial realiza em 27 de agosto, às 10 horas, audiência pública para debater as PPPs, concessões públicas e os fundos de investimento. Foram convidados os Ministros Tarcísio Gomes de Freitas (Ministério da Infraestrutura) e Onyx Lorenzoni (Ministério da Casa Civil).

Audiência Pública. Parcerias Público-Privada. A Comissão Especial realiza em 27 de agosto, às 15 horas, audiência pública para debater as PPPs, concessões públicas e os fundos de investimento. Foram convidados representantes da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (ANEAA), Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

Audiência Pública. Parcerias Público-Privada. A Comissão Especial realiza em 28 de agosto, às 9h30min, audiência pública para debater as PPPs, concessões públicas e os fundos de investimento. Foram convidados representantes da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Associação Brasileira das Concessionárias Privadas e Serviços Públicos de Água e Esgoto – (ABCON) e da Federação Nacional das Operadoras Portuárias (FENOP).

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (“CMADS”)

Audiência Pública. Imposto Territorial Rural. A CMADS realiza em 27 de agosto, às 14 horas, audiência pública para debater o Imposto Territorial Rural (ITR). Foram convidados os senhores Djalmery de Souza e Souza (Presidente do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários – SindPFA), Reginaldo Ramos Machado (Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – INCRA), Phelipe Toledo Pires de Oliveira (Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Tributária e Previdenciária da Procurador-Geral da Fazenda Nacional – PGFN), Raimundo Sérgio Barros Leitão (Diretor Executivo do Instituto Escolhas), Iágaro Jung Martins (Subsecretário de Fiscalização da Receita Federal do Brasil – RFB) e Gladimir Aroldi (Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM).

Já em 28 de agosto a CMADS realiza, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Proibição. Concessão para Exploração de Gás. O Projeto de Lei nº 1.935/2019 acrescenta inciso III, no art. 37 do Decreto-Lei nº 227/1967, que altera o Código de Minas, para proibir a outorga de concessão de lavra para exploração de gás mediante processo de fraturação hidráulica ou *fracking*. O relator do projeto é o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Finanças e Tributação (“CFT”)

Audiência Pública. Reforma Tributária. A Subcomissão Especial de Reforma Tributária da CFT realiza em 27 de agosto, às 10 horas, audiência pública para debater a Reforma Tributária. Foram convidados os senhores Tiago Pinto (Consultor Jurídico da Confederação Nacional do Transporte – CNT), Luigi Nesse (Presidente Fundador e Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional de Serviços – CNS), Carlos Pelá (Diretor Setorial da Comissão Executiva Tributária da FEBRABAN representando a Confederação Nacional das instituições Financeiras – CNF), Rafael Tajra Fonteles (Comitê dos Secretários de Estado da Fazenda – Comsefaz), a senhora Amábile Pacios (Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP) e representantes da Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Comissão de Defesa do Consumidor (“CDC”)

A CDC realiza em 28 de agosto, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Mecanismos Biométricos. O Projeto de Lei nº 21/2019 dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações. O relator do projeto é o deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Criminalização. Repasse de Recursos Tributários. O Projeto de Lei nº 507/2019 altera o Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer o início do prazo de prescrição relativo à cobrança de dívida do consumidor. O relator do projeto é o deputado Capitão Wagner (PODE-SP). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Alerta de Prevenção à Fraude. O Projeto de Lei nº 145/2019 acrescenta o art. 52-A ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor para obrigar os fornecedores de produtos e serviços de natureza bancária, creditícia, financeira e securitária a alertar os consumidores sobre as fraudes mais frequentes, aplicadas por terceiros, relacionadas às suas operações. O relator do projeto é o deputado Capitão Wagner (PROS-CE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (“CTASP”)

A CTASP realiza em 28 de agosto, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Criminalização. Repasse de Recursos Tributários. O Projeto de Lei nº 10.863/2018 altera o Código Penal para definir crime contra as finanças públicas a retenção de repasse de recursos tributários com repartição obrigatória. O relator do projeto é o deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Desestatização. O Projeto de Lei nº 1.791/2019 acrescenta os arts. 8º-A e 8º-B à Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (Lei das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica) para dispor sobre o aproveitamento de empregados das empresas distribuidoras de energia subsidiárias da Eletrobrás, incluídas no Programa Nacional de Desestatização. O relator do projeto é o deputado Átila Lira (PSB-PI). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (“CDEICS”)

Audiência Pública. Resíduos Sólidos. A CDEICS realiza em 29 de agosto, às 9h30min, audiência pública para discutir a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Foram convidados os senhores Glademir Aroldi

(Confederação Nacional de Municípios – CNM), Jonas Donizette (Presidente da Frente Nacional de Prefeitos – FNP), Márcio Matheus (Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana – SELUR), Carlos Roberto Vieira da Silva Filho (Diretor Presidente Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE), Roberto Carlos Batista (Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente – ABRAMPA), Roberto Laureano da Rocha (Presidente Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis – ANCAT) e o Ministro Ricardo Salles (Ministério do Meio Ambiente – MMA).

SENADO FEDERAL

Plenário:

O Plenário do Senado Federal pautou para esta semana, entre outras, a seguinte proposição legislativa:

Subvenção Econômica. Produtos de Origem Animal. O Projeto de Lei nº 2.104/2019 altera a Lei nº 8.427/1992 para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissões:

Comissão de Assuntos Econômicos (“CAE”)

Audiência Pública. Política Monetária. A CAE realiza em 27 de agosto, às 10 horas, audiência pública para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, bem como prestar informações sobre as Políticas de Juros e Crédito no Brasil. Foi convidado o senhor Roberto Campos Neto (Presidente do Banco do Brasil).

Comissão de Serviços de Infraestrutura (“CI”)

A CI realiza em 27 de agosto, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautaado, entre outros, o seguinte projeto:

Produção de Energia Elétrica. Resíduos Sólidos. O Projeto de Lei do Senado nº 302/2018 altera a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Lei nº 10.865/2004 (Incidência do PIS-Confins sobre a importação), para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários. O relator do projeto é o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-SE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (“CCJ”)

Audiência Pública. Reforma Tributária. A CCJ realiza em 27 de agosto, às 14 horas, audiência pública para instruir a PEC nº 110/2019, que dispõe sobre a Reforma Tributária. Foram convidados os senhores Robson Braga de Andrade (Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI), João Martins da Silva Junior (Presidente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA), José Roberto Tadros (Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC), Murilo Portugal Filho (Presidente da Federação Brasileira de Bancos – Febraban), Marcio Lopes de Freitas (Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB), José Roberto Afonso (Economista), Felipe Santa Cruz (Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil) e Halley Henares Neto (Presidente da Associação Brasileira Advocacia Tributária – ABAT).

Audiência Pública. Reforma Tributária. A CCJ realiza em 29 de agosto, às 14 horas, audiência pública para instruir a PEC nº 110/2019, que dispõe sobre a Reforma Tributária. Foram convidados os senhores Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque (Secretário da Receita Federal do Brasil), Rafael Tajra Fonteles (Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal – COMSEFAZ), Decio Bruno Lopes (Presidente da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil – ANFIP), Kleber Cabral (indicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco Nacional), Charles Johnson da Silva

Alcantara (Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO), Celio Fernando de Souza Silva (Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais – Fenafim), Glademir Aroldi (Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM) e Jonas Danizette (Presidente da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeito de Campinas).

Já em 28 de agosto a CCJ realiza, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Energia Elétrica. Direitos Sociais. A Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2017 altera o art. 6º da Constituição Federal, para determinar que o acesso à energia elétrica seja direito social. O relator do projeto é o senador Zequinha Marinho (PSC-PA). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Solução de Disputas. O Projeto de Lei do Senado nº 206/2018 regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União. O relator do projeto é o senador Cid Gomes (PDT-CE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Ciência, tecnologia, Informação, Comunicação e Informática (“CCT”)

Audiência Pública. Telecomunicações. A CCT realiza em 27 de agosto, às 14 horas, audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 3.832/2019 que altera a Lei nº 12.485/2011 (Lei que trata da comunicação audiovisual de acesso condicionado), para eliminar as restrições à concentração da propriedade entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens e produtoras e programadoras do Serviço de Acesso Condicionado. Foram convidados os senhores Christian de Castro Oliveira (Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine), João Caldeira Brant Monteiro de Castro (Pesquisador e Consultor em Políticas de Comunicação e de Cultura), Alfredo Manevy (Professor de Cinema da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), as senhoras Débora Ivanov (Diretora da Agência Nacional do Cinema – Ancine), Marina Pitta (Representante do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social) e representantes do Grupo Claro

Brasil, Grupo Globo, Brasil Audiovisual Independente (Bravi), Fox Brasil, HBO Brasil, Sindicato da Indústria do Audiovisual do Estado de São Paulo (Siaesp), Netflix Brasil, Ministério da Economia (ME), Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel) e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Comissão de Meio Ambiente (“CMA”)

A CMA realiza em 28 de agosto, às 14 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Resíduos Sólidos. Política de Reciclagem. O Projeto de Lei do Senado nº 93/2018 altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos. O relator do projeto é o senador Luis Carlos Heinze (PP-ES). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Política Nacional de Resíduos Sólidos. Obrigatoriedade. O Projeto de Lei do Senado nº 328/2017 altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Lei de Crimes Ambientais, para incluir como conteúdo obrigatório do Plano Nacional de Resíduos Sólidos a instituição do programa nacional de aproveitamento de resíduos sólidos. O relator do projeto é o senador Luiz Carlos Heinze (PP-ES). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Mineração. Proteção Ambiental. O Projeto de Lei do Senado nº 643/2019 trata do atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país. O relator do projeto é o senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Novos Projetos de Lei

Abaixo destacamos as novas propostas legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada e que interessam ao ambiente empresarial.

NOVOS PROJETOS DE LEI	
Câmara dos Deputados	
Infraestrutura de Telecomunicações	O Projeto de Lei nº 4.566/2019 altera a Lei nº 13.116/2015 (Normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações), autorizando a instalação de infraestrutura de telecomunicações, nos termos de requerimento de instalação, em caso de não manifestação do órgão competente no prazo. Leia aqui o avulso da matéria.
Autorização de Funcionamento de Empresa	O Projeto de Lei nº 4.594/2019 altera o art. 50 da Lei nº 6.360/1976 (Lei que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, Drogas, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes), art. 6º da Lei nº 13.021/2014 (Lei do exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas), e incisos VII e VIII do art. 7º da Lei nº 9.782/1999 (Sistema Nacional de Vigilância Sanitária), para dispor sobre a concessão de Autorização de Funcionamento de Empresa para farmácias sem manipulação ou drogarias. Leia aqui o avulso da matéria.
Planos de Saúde	O Projeto de Lei nº 4.608/2019 altera a Lei nº 9.656/1998 (Lei dos planos e seguros privados de assistência à saúde), para determinar que planos com até 30 pessoas sejam equiparados aos contratos individuais. Leia aqui o avulso da matéria.
Direito de Arrependimento	O Projeto de Lei nº 4.649/2019 altera o caput do artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor para aumentar o prazo do direito de arrependimento dos consumidores. Leia aqui o avulso da matéria.
Imposto sobre Grandes Fortunas	O Projeto de Lei nº 4.671/2019 cria a renda básica universal e altera o Sistema Tributário Nacional criando o imposto sobre grandes fortunas. Leia aqui o avulso da matéria.
Senado Federal	
Locação	O Projeto de Lei nº 4.571/2019 altera a Lei de Locações para dispor sobre a locação de imóveis urbanos. Leia aqui o avulso da matéria.



EXECUTIVO

Os Órgãos e Agências do Governo Federal conduzem consultas e audiências públicas em matérias de relevo para as atividades empresariais. Veja os detalhes das discussões que foram recentemente tornadas públicas:

Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”)

Audiência Pública nº 37/2019 – A ANAC realiza audiência pública para debater a proposta de edição de emendas aos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil – RBAC nº 21, que trata da certificação de produto aeronáutico, RBAC nº 141, que trata do certificado de requisitos operacionais, e de alteração do Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica – RBHA 91, que trata das regras gerais de operação.

As contribuições poderão ser enviadas até 30 de setembro. Leia [aqui](#) maiores detalhes da audiência pública.

Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”)

Consulta Pública nº 42/2019 – A ANATEL realiza consulta pública para discutir a proposta de alteração do Ato que estabelece os requisitos técnicos complementares ao regulamento sobre a avaliação da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados à operação de estações transmissoras de radiocomunicação, aprovado pela Resolução nº 700/2018.

As contribuições poderão ser enviadas até 28 de agosto. Leia [aqui](#) maiores detalhes da consulta pública.

Consulta Pública nº 45/2019 – A ANATEL realiza consulta pública para verificar se há exploradoras de satélites com capacidade técnico-operacional e interesse para o provimento ininterrupto de capacidade satelital por no mínimo 5 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2021, sob condições específicas.

As contribuições poderão ser enviadas até 7 de setembro. Leia [aqui](#) maiores detalhes da consulta pública.

Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”)

Audiência Pública nº 34/2019 – A ANEEL realiza audiência pública para o aprimoramento do Relatório de Análise de Impacto Regulatório e da minuta de norma referentes aos procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.

As contribuições poderão ser enviadas até 29 de setembro. Leia [aqui](#) maiores detalhes da audiência pública.

Veja abaixo quadro com os prazos das principais discussões e consultas públicas em andamento nos Órgãos e Agências do Governo Federal, em matérias de relevo para as atividades empresariais e que se encerram entre agosto e novembro de 2019:

Consulta/ Audiência Pública	Tema da Consulta/ Discussão	Prazo para Contribuição
ANAC ¹		
Audiência Pública nº 11/2019	Debater a proposta de edição de resolução que regula-menta a metodologia de cálculo dos valores de indeniza-ção referentes aos bens reversíveis não amortizados em caso de extinção antecipada por relicitação, caducidade ou falência.	26 de agosto de 2019
Audiência Pública nº 37/2019	Debater proposta de edição de emendas aos Regulamen-tos Brasileiros da Aviação Civil – RBACs nºs 21 e 141, e de alteração do Regulamento Brasileiro de Homologação Ae-ronáutica – RBHA 91.	30 de setembro de 2019
ANATEL ²		
Consulta Pública nº 42/2019	Discutir proposta de alteração do Ato que estabelece os requisitos técnicos sobre a avaliação da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos asso-ciados à operação de estações transmissoras de radioco-municação	28 de agosto de 2019
Consulta Pública nº 45/2019	Verificar se há exploradoras de satélites com capacidade técnico-operacional e interesse para o provimento ininter-rupto de capacidade satelital por no mínimo 5 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2021, sob condições específicas.	7 de setembro de 2019

¹ Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”).

² Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

Audiência Pública (Barreiras Regulatórias)	Debater os documentos objeto da Consulta Pública nº 39/2019 que trata da proposta de Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações da internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina.	10 de setembro de 2019
ANEEL³		
Consulta Pública nº 16/2019	Debater a consolidação da regulamentação relacionada ao acesso ao sistema de distribuição.	26 de agosto de 2019
Consulta Pública nº 17/2019	Debater novos instrumentos de incentivo à inovação no setor elétrico e outras medidas, visando o avanço dos resultados do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PROP&D).	27 de agosto de 2019
Consulta Pública nº 19/2019	Debater a consolidação do acesso, referente aos temas classificação das instalações de transmissão, condições de acesso e conexão ao sistema de transmissão.	28 de agosto de 2019
Audiência Pública nº 80/2017	Obter subsídios para o aprimoramento da nova proposta de consolidação dos normativos relacionados às outorgas de empreendimentos de geração na modalidade de intercâmbio de documentos.	29 de setembro de 2019
Audiência Pública nº 34/2019	Obter subsídios para o aprimoramento do Relatório de Análise de Impacto Regulatório e da minuta de norma referentes aos procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.	29 de setembro de 2019
ANVISA⁴		
Consulta Pública nº 688/2019	Obter sugestões ao texto que dispõe sobre os critérios para certificação de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos internacionais fabricantes de insumos farmacêuticos ativos.	21 de outubro de 2019
Consulta Pública nº 689/2019	Obter sugestões sobre as diretrizes de qualificação de fornecedores relacionados ao Regulamento Técnico de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento de Insumos Farmacêuticos, aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 204.	21 de outubro de 2019
ANP⁵		
Consulta Pública nº 16/2019	Debater minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.	23 de setembro de 2019
Consulta Pública nº 17/2019	Debater resolução que instituirá a gestão de segurança operacional de terminais para movimentação e armazenamento de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis nos termos do Regulamento Técnico de Terminais para Movimentação e Armazenamento de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis – RTT.	23 de setembro de 2019

³ Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

⁴ Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA").

⁵ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

Audiência Pública nº 16/2019	Debater minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.	8 de outubro de 2019
Audiência Pública nº 17/2019	Debater resolução que instituirá a gestão de segurança operacional de terminais para movimentação e armazenamento de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis nos termos do Regulamento Técnico de Terminais para Movimentação e Armazenamento de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis – RTT.	1º de novembro 2019
ANTT⁶		
Audiência Pública nº 14/2019	Debater a proposta de ação regulatória que estabelece diretrizes e regras para o procedimento preparatório e para o processo sancionador de caducidade, no âmbito dos contratos de concessão e permissão de serviços públicos regulados pela ANTT.	16 de setembro de 2019
CVM⁷		
Audiência Pública nº 3/2019	Debater proposta de edital para apresentação de manifestações sobre opções regulatórias relacionadas à modernização da norma que dispõe sobre os agentes autônomos de investimento (AAI) e ao aprimoramento da atividade de distribuição de valores mobiliários.	30 de agosto de 2019
Audiência Pública nº 4/2019	Debater as ofertas públicas de distribuição de Certificado de Operações Estruturadas (COE) e dos títulos de crédito Letra Financeira (LF) e Letra Imobiliária Garantida (LIG) realizadas com dispensa de registro.	13 de setembro de 2019
MAPA⁸		
Consulta Pública (Portaria nº 153/2019)	Obter subsídios para o Projeto de Instrução Normativa que aprova o Regulamento Técnico para Produção, Controle e Emprego de Vacinas Autógenas.	26 de setembro de 2019
ME⁹		
Consulta Pública nº 1/2019	Debater a proposta de consolidação de decretos que regulamentam aspectos da legislação trabalhista.	30 de agosto de 2019
INMETRO¹⁰		
Consulta Pública (Estoque Regulatório)	Debater a revisão do estoque regulatório com vistas ao cancelamento de medidas regulatórias de baixo impacto para a sociedade.	29 de setembro de 2019

⁶ Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”).

⁷ Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

⁸ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”).

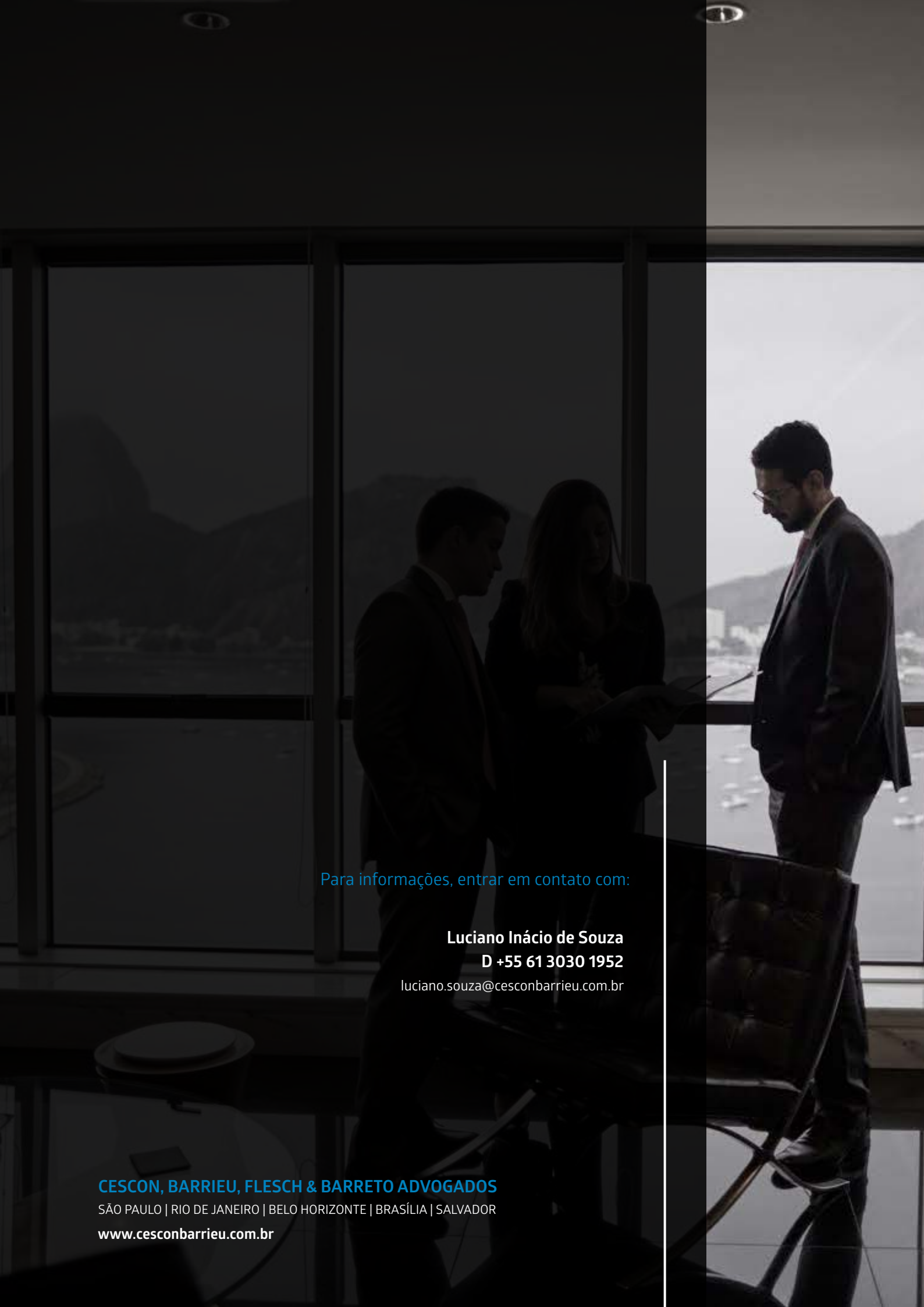
⁹ Ministério da Economia (“ME”).

¹⁰ Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (“INMETRO”).

SUSEP ¹¹		
Consulta Pública nº 8/2019	Obter sugestões sobre a minuta que dispõe dos princípios a serem observados nas práticas de conduta adotadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e distribuidores, no que se refere ao relacionamento com o cliente, e sobre o uso do cliente oculto na atividade de supervisão da Susep.	16 de setembro de 2019

¹¹ Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

Este boletim apresenta um resumo de alterações legislativas ou decisões judiciais e administrativas no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.



Para informações, entrar em contato com:

Luciano Inácio de Souza

D +55 61 3030 1952

luciano.souza@cesconbarrieu.com.br

CESCON, BARRIEU, FLESCH & BARRETO ADVOGADOS

SÃO PAULO | RIO DE JANEIRO | BELO HORIZONTE | BRASÍLIA | SALVADOR

www.cesconbarrieu.com.br